

CALCÁRIO AGRÍCOLA: consumo em alta no Brasil em 2000

Célia Regina R. P. Tavares Ferreira¹

O consumo aparente de calcário agrícola no Brasil apresentou decréscimo pelo segundo ano consecutivo (1998 e 1999), atingindo apenas 15,3 milhões de toneladas em 1999 contra 17,1 milhões de toneladas em 1997, segundo a Associação Brasileira dos Produtores de Calcário Agrícola (ABRACAL). Esse consumo está bastante aquém daquele observado em 1994 (20,4 milhões de toneladas). A retração nas vendas foi observada em diversos Estados brasileiros, como: Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Por outro lado, constatou-se crescimento em alguns Estados, exemplos: Goiás, Minas Gerais e Bahia.

Em 1999, os seis maiores Estados consumidores de calcário (São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) responderam por cerca de 83,4% do consumo total, tendo o Estado de São Paulo ocupado a primeira posição, apesar do decréscimo de 11% nas vendas em relação a 1998, totalizando 3,2 milhões de toneladas, segundo dados do Sindicato das Indústrias de Calcário e Derivados para Uso Agrícola do Estado de São Paulo (SINDICAL). Essa redução deve-se principalmente à crise no setor sucroalcooleiro, no início do ano, com excesso de oferta de cana-de-açúcar e de álcool no mercado, deprimindo os preços externos e internos, assim como pelo declínio nas vendas para a citricultura, em função da retração das cotações do suco de laranja. Essa queda foi, porém, menor que a prevista inicialmente tendo em vista uma recuperação nas vendas no último trimestre do ano (cresceram 19,5% em relação ao mesmo período de 1998), em função do aumento nos preços do álcool e melhores perspectivas para este setor, nesse período (Tabela 1).

A comercialização de calcário em São Paulo concentra-se no segundo semestre, próximo ao plantio das culturas de verão. Em 1999, 73,0% foram consumidos nesse período e apenas 27,0% no primeiro semestre, destacando-se que 44,4% foram consumidos no trimestre ago-

to-outubro.

Em 1999, o Estado do Paraná, principal produtor nacional, apresentou a produção de 3,23 milhões de toneladas, tendo consumido 2,17 milhões de toneladas e o restante exportado para diversos outros Estados, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

As indústrias paulistas iniciaram 2000 com uma boa comercialização de calcário agrícola. Entre janeiro e julho de 2000, segundo o SINDICAL, o consumo no Estado de São Paulo somou 1.385 mil toneladas, observando-se aumento de 10,8% frente às 1.250 mil toneladas consumidas no mesmo período do ano anterior, em consequência principalmente do melhor desempenho do setor sucroalcooleiro em relação a 1999, que incentivou as usinas a utilizarem mais calcário na cana-de-açúcar, aliado ao aumento na renovação da área dessa cultura. Em contrapartida, as vendas para a citricultura paulista, outro grande mercado consumidor no Estado, apresentaram retração, em função da relação de troca produto/insumo mais desfavorável, ocasionada pela queda dos preços recebidos pelos produtores.

Os preços médios de calcário (FOB - posto fábrica) pagos pelos agricultores no Estado de São Paulo, em julho de 2000, situaram-se em R\$12,12/t (considerando o volume global comercializado no Estado). Levando-se em conta apenas as vendas da indústria paulista, responsável por cerca de 76,0% da comercialização, o preço médio foi de R\$12,76/t. O custo do transporte de calcário é o principal item que onera o seu preço final, chegando em muitos casos a superar seu próprio valor, tendo sido encarecidos ainda mais em julho de 2000, com os aumentos dos preços dos pedágios nas estradas paulistas e do óleo diesel. Segundo fontes do setor, estima-se que o custo médio do transporte rodoviário no Estado gira em torno de R\$14,00/t.

No Rio Grande do Sul, o terceiro maior Estado consumidor de calcário nacional, a quantidade produzida e comercializada do

¹Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 1 - Estimativa de Consumo de Calcário Agrícola no Estado de São Paulo, 1999-00
(em t)

Mês	Vendas pelas indústrias paulistas ¹	Outros estados	Total	
			Quantidade	Valor (US\$)
1999				
Jan.	70.373	25.126	95.499	644.311
Fev.	63.866	22.802	86.668	528.685
Mar.	86.931	31.038	117.969	662.830
Abr.	96.390	34.415	130.805	802.332
Maio	134.922	48.172	183.094	1.232.754
Jun.	184.168	65.755	249.923	1.742.640
Jul.	284.653	101.632	386.285	2.429.964
Ago.	367.997	131.389	499.386	3.127.246
Set.	392.021	112.885	504.906	2.942.209
Out.	329.963	90.255	420.218	2.445.174
Nov.	252.299	73.089	325.388	1.880.159
Dez.	156.681	48.064	204.745	1.180.548
Total	2.420.263	784.622	3.204.885	19.618.852
2000 ²				
Jan.	119.272	33.913	153.185	943.960
Fev.	131.264	38.088	169.352	954.232
Mar.	105.550	33.106	138.655	909.715
Abr.	105.622	33.672	139.294	870.916
Maio	132.091	40.279	172.370	1.066.401
Jun.	205.718	66.567	272.286	1.652.242
Jul.	255.335	84.283	339.617,6	2.288.376
Total	1.054.852	329.908	1.384.760	8.685.841

¹Refere-se ao somatório das vendas das empresas associadas e não associadas ao SINDICAL.

²Dados preliminares.

Fonte: Sindicato das Indústrias de Calcário e Derivados para Uso Agrícola do Estado de São Paulo (SINDICAL).

insumo no próprio Estado, no período de janeiro a julho de 2000, totalizou 1,08 milhão de toneladas, crescendo 10,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo estimativas do Sindicato da Indústria e da Extração de Mármore, Calcário e Pedreiras no Estado do Rio Grande do Sul (SINDICALC).

O governo federal, segundo o Plano de Safra 2000/01, disponibilizará recursos da ordem de R\$300 milhões para o Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos (PROSOLO), com vigência até 30 de junho de 2001. Esse programa foi instituído pelo Banco Central (Resolução nº 2.534 de agosto de 1998), com a administração direta do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES/FINAME), sendo operacionalizado pelos agentes financeiros. Inicialmente foram disponibilizados recursos de R\$200 milhões até final de 1998 e de R\$300 milhões no primeiro semestre de 1999 (tendo sido prorrogado até 30 de junho de 2000).

O Programa, que se destina à aquisição, transporte e aplicação de corretivos agrícolas e também aos gastos com adubação verde, de acordo com a Carta Circular nº 24/2000 do

BNDES, de 14/08/2000, apresenta as seguintes condições de financiamento: prazo de pagamento de até cinco anos, com até dois de carência e taxa de juros de 8,75% a.a. e limite de R\$40mil por produtor/ano.

Desde o início do PROSOLO até julho de 2000, o valor de recursos liberados somou apenas R\$150,9 milhões. Essa baixa liberação de recursos pode ser explicada pelas exigências de garantias no crédito bancário e o pouco apoio dos agentes financeiros ao programa, tendo em vista principalmente o risco de inadimplência dos agricultores, baixo *spread* e retorno mais demorado do que outros negócios, como o financiamento de custeio.

A previsão do setor de calcário agrícola para o Estado de São Paulo para 2000 é de que o consumo aumente em torno de 10% em relação ao ano anterior, considerando-se sobretudo o aquecimento do mercado para a cana-de-açúcar. Em nível nacional, as perspectivas também são favoráveis esperando-se que o consumo situe-se em cerca de 17,0 milhões de toneladas contra 15,3 milhões em 1999, em função dos bons preços para vários produtos agrícolas, principalmente milho, algodão e soja, além do açúcar e do álcool.